



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIANA CARLA DA SILVA SANTOS

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DE DOCENTES DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

RIO DE JANEIRO

2023

Mariana Carla da Silva Santos

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DE DOCENTES DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Prof.^a Orientadora: Dra. Erika Jennifer Honorio Pereira.

Rio de Janeiro

2023

Elaborado por:

MARIANA CARLA DA SILVA SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, sob orientação da Prof.^a Dra. Erika Jennifer Honorio Pereira

Trabalho aprovado em: _____/_____/_____

Orientadora

Prof.^a Dra. Erika Jennifer Honorio Pereira

Professor (a) 1º Avaliador (a)

Professor (a) 2º Avaliador (a)

Rio de Janeiro

2023

Dedico este trabalho a minha mãe Joana Darc, a minha amada irmã, e em especial ao meu querido e amado esposo Marcelo. Ainda, aos meus filhos André Lucas, Evellyn e Nathan Davy.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me formou, sustentou, guiou e facilitou o meu caminho e ainda tem transformado meu caráter. Toda honra e toda glória sejam dadas a Ele.

Ao meu amado esposo, pelo gesto de amor e tamanha abnegação demonstrados em prol do meu êxito.

Aos meus filhos, que suportaram minha ausência e respeitam meus momentos de reclusão para investimento nos estudos e pesquisas.

Aos meus professores, pela exaustiva dedicação na qual buscaram dar-me, além do conhecimento didático, as orientações e experiências de vida, que me serviram de base.

À querida Prof.^a Dra. Erika Jennifer Honorio Pereira, que me orientou e sempre transmitiu tranquilidade e me fez acreditar em meu potencial.

Aos profissionais e funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que direta ou indiretamente contribuíram para o meu sucesso.

Aos meus amigos e conhecidos que também me apoiaram e fizeram desse sonho uma realidade, principalmente as amigas que acompanharam minha jornada acadêmica.

E não poderia deixar de agradecer profundamente O Espaço de Desenvolvimento Infantil pela contribuição e apoio, e as crianças que são minha fonte de inspiração e motivação todos os dias.

"Ninguém nasce odiando outra pessoa por sua cor da pele, sua origem ou sua religião. As pessoas podem aprender a odiar e, se podem aprender a odiar, pode-se ensiná-las a aprender a amar. O amor chega mais naturalmente ao coração humano que o contrário."

Nelson Mandela (1918-2013)

RESUMO

SANTOS, Mariana Carla da Silva. **As Relações Étnico-raciais e a formação de docentes da Educação Infantil**. 2023. 53 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2023.

O tema deste trabalho, consiste em investigar a formação docente e as relações étnico-raciais. Acreditamos na importância deste trabalho para construir de forma significativa um diálogo sobre a formação docente e as demandas da Educação Infantil dentro do espaço escolar. O currículo escolar tem passado por constantes mudanças e atualizações em seus eixos norteadores incluindo a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena Lei nº 10.639/03. Este trabalho surgiu pela necessidade de compreender como essa demanda é assistida na prática por seus educadores através da pesquisa de campo e qual importância é vista nos cursos de formações continuadas para valorizar a prática docente sem reproduzir racismo. O trabalho monográfico busca elucidar aspectos conceituais sobre a educação das relações étnico-raciais. A pesquisa foi embasada nos trabalhos de Erika Jennifer Honorio Pereira; Nubia de Oliveira Santos, Patrícia Sodrê dos santos; Conceição Evaristo de Brito. Além dos documentos orientadores do Conselho Nacional de Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais (2004). Utilizou-se uma metodologia descritiva com abordagem qualitativa e coleta de dados do tipo bibliográfico e pesquisa de campo, o trabalho foi organizado em duas partes. A primeira parte da pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, a segunda parte foi a aplicação de um questionário pesquisa de dados, possibilitando levantamento de informações, através da aplicação de questionário do *Google Forms* aos 22 docentes de Educação Infantil que aceitaram voluntariamente participar. A revisão da literatura sobre o tema mostrou uma lacuna no conhecimento sobre como a formação continuada pode ser utilizada de maneira efetiva para promover ações antirracistas nas escolas. Os resultados indicam que a formação continuada é uma ferramenta importante para estimular os docentes a refletir e discutir questões raciais em sala de atividades ou outros espaços, promovendo uma educação inclusiva e equitativa. No entanto, também foram identificados desafios para a implementação de práticas antirracistas na formação continuada de docentes, incluindo a falta de formação e conscientização dos docentes sobre questões raciais, falta de tempo devido a jornada de trabalho e a resistência à mudança por parte de alguns setores da sociedade. Conclui-se que é necessário um comprometimento institucional com a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo em todas as suas formas para superar esses desafios.

Palavras-chave: Formação Continuada. Práticas Antirracistas. Docentes. Educação Infantil.

ABSTRACT

SANTOS, Mariana Carla da Silva. Ethnic-racial relations and the training of Early Childhood Education teachers. 2023. 53 f. Monograph (Degree in Pedagogy), Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2023.

The theme of this work consists of investigating teacher training and ethnic-racial relations. We believe in the importance of this work to significantly build a dialogue about teacher training and the demands of Early Childhood Education within the school environment. The school curriculum has undergone constant changes and updates in its guiding axes, including the mandatory theme of Afro-Brazilian, African and Indigenous History and Culture Law nº 10.639/03. This work arose from the need to understand how this demand is assisted in practice by its educators through field research and what importance is seen in continuing education courses to enhance teaching practice without reproducing racism. The monographic work seeks to elucidate conceptual aspects about the education of ethnic-racial relations. The research was based on the works of Pereira (2015); Santos and Sodr  (2020); Evaristo (2020). In addition to the guiding documents of the National Council of Education and the National Curriculum Guidelines for Education of Ethnic-Racial Relations (2004). A descriptive methodology was used with a qualitative approach and data collection of the bibliographic and field research type, the work was organized in two parts. The first part of the research consists of a bibliographical and documental research, the second part was the application of a data research questionnaire, enabling the collection of information, through the application of a Google Forms questionnaire to the 22 Early Childhood Education teachers who voluntarily agreed to participate. The literature review on the subject showed a gap in knowledge about how continuing education can be used effectively to promote anti-racist actions in schools. The results indicate that continuing education is an important tool to encourage teachers to reflect and discuss racial issues in the classroom or other spaces, promoting inclusive and equitable education. However, challenges were also identified for the implementation of anti-racist practices in the continuing education of teachers, including the lack of training and awareness of teachers on racial issues, lack of time due to working hours and resistance to change by some sectors of society. It is concluded that an institutional commitment to the promotion of racial equality and the fight against racism in all its forms is necessary to overcome these challenges.

Keywords: Continuing Education. Anti-racist Practices. Teachers. Child education.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1: Perguntas elaboradas e eixos norteadores.....	38
Gráfico 1: Qual os eu pertencimento étnico-racial?.....	36
Gráfico 2: Qual a sua escolaridade?.....	36
Gráfico 3: Ano de conclusão da sua graduação ou ensino médio.....	37
Gráfico 4: Há quanto tempo você trabalha como professora de Educação Infantil?.....	37
Gráfico 5: Há quanto tempo você trabalha na instituição escolar até o ano de 2022?.....	38

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CESAM – Centro Salesiano do Menor

CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno

DCNERER – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EDI – Espaço de Desenvolvimento Infantil

EI – Educação Infantil

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EM – Ensino médio

ES – Espírito Santo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LECAV – Laboratório de Cinema e Arte Visual

MEC – Ministério da Educação

Nº - Número

PIBID – Programa de Iniciação à Docência

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

RJ – Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL – UM NOVO OLHAR SOBRE A CRIANÇA.....	24
2.1 Racismo – Combate na escola e na sociedade.....	30
3 PESQUISA DE CAMPO.....	33
3.1 Formação de Professores à luz da pesquisa.....	33
3.2 Resultados.....	34
3.3 Análise da Pesquisa.....	41
4 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXO.....	51

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia tem por objetivo compreender a relação entre a formação docente e as práticas pedagógicas desenvolvidas para a educação das relações étnico-raciais no contexto da Educação Infantil.

Busca-se refletir a partir dos relatos dos docentes através dos dados levantados na pesquisa, analisando posturas e valores que são construídos frente ao trabalho à diversidade étnico-racial e a formação continuada. Espera-se com este trabalho colaborar na construção significativa do diálogo sobre a formação docente e as demandas da Educação Infantil, no que tange a uma educação igualitária, democrática e sem qualquer tipo de discriminação e/ou preconceito.

O fator que gerou este tema de pesquisa foi a necessidade de transformar a escola em um lugar igualitário para todos, pois, é de suma importância que a criança se identifique como pertencente a instituição em que está inserida, e, que se sinta incluída de todas as formas possíveis na sociedade da qual faz parte.

A reflexão sobre como elaborar e desenvolver ações pedagógicas antirracistas a partir da vivência e da troca de saberes com crianças tão pequenas, causou-me inquietação. Assim, para compreender como este tema motivou-me a escrever, relatarei minha trajetória de vida, na interlocução com o objeto de estudo desta pesquisa.

MINHAS ESCREVIVÊNCIAS: Foi preciso ter coragem!

A construção desta monografia tem por base minhas vivências pessoais e profissionais. Para justificar a escolha do meu objeto de estudo, escreverei sobre acontecimentos da minha vida que farão base para a realização desta pesquisa.

A escolha do tema foi bastante complexa, precisei avaliar minha trajetória principalmente no âmbito escolar. Eu morei uma parte da minha infância em uma zona rural no Rio do Ouro, em São Gonçalo/RJ, na Serra do Calaboca, como caseira, sempre moramos na mesma região.

A falta de residência fixa causou muitos transtornos na minha vida escolar, pois morávamos cerca de muitos quilômetros da escola mais próxima.

Aos nove anos fui matriculada na escola e com essa idade eu já conseguia caminhar um bom pedaço sozinha até o ponto de ônibus.

A única educação escolar da minha mãe foi o que ela aprendeu com meu avô em casa, ele ensinava a leitura na fazenda que viveu em Guaçuí no Espírito Santo/ES. Eu conseguia uma boa distração frequentando a escola Estadual Souza Soares, amava tudo: a merenda, o cheiro de álcool do mimeógrafo e a letra linda da professora Valéria no quadro.

Ao chegar no sítio eu juntava tijolos para fazer carteira escolar, os livros que ganhava, lápis e até giz colorido faziam parte de meu material, e ainda brincava de dar aula para os cachorros do sítio. A dona do sítio me presenteou com um urso de presente, esse urso era meu aluno favorito, então posso afirmar que a educação me escolheu.

Ao ler alguns referenciais teóricos para escrita deste trabalho me deparei com a entrevista de Conceição Evaristo, mulher negra, escritora, docentes e pioneira às relações étnico-raciais, e destaco abaixo um dos trechos ao qual foi de muita importância para encontrar coragem para escrever a presente pesquisa.

As mulheres negras, ou as histórias das mulheres negras, dificilmente servem como inspiração para uma autoria branca e de homem. Então, acredito que hoje há um movimento de se pensar que nós podemos, inclusive, ser musas da nossa própria história. O que gera uma diversidade de criação muito grande. A vida está aí para a gente também escrever (EVARISTO, 2020, *online*).

O trecho destaca a importância de buscar por autores e autoras negras, que também possuem lindas histórias de superação e ações/práticas que fazem com que haja reflexão e entendimento do combate ao racismo. Eu mesma refleti diversas vezes a respeito do tema, das dificuldades que passei, e atualmente nas lutas e superações.

Ainda, sobre a minha história. Ao todo mudei de residência onze vezes e por algumas vezes precisamos ser acolhidas em casa de parentes distantes; em alguns momentos precisei me ausentar da escola e reprovar por falta. Porém, ninguém conseguiu apagar o brilho dos meus olhos ao brincar de escolinha.

Uma das minhas escolas de passagem era o Brizolão Almedorinda Azeredo 126, foi onde descobri a biblioteca e amava o empréstimo de livros literários. Neste

período fui encaminhada para o Centro Salesiano do Menor – CESAM no bairro Jacaré/RJ.

Eles ofertaram cursos básicos tais como: ética, cidadania e informática básica, e me inseriram no mercado de trabalho aos 14 anos (permaneci no programa jovem aprendiz até meus 18 anos).

Quando cheguei no ensino médio já era mãe e fui estudar à noite no Dorval Ferreira da Cunha, onde cursei Formação Geral. Enfim, obtive o diploma de ensino médio, foi uma grande conquista! Porém, meu maior sonho era ser professora, por isso voltei para uma escola estadual para fazer novamente o ensino médio em formação de professores.

Destaco que os docentes da Escola Elisiário Matta em Maricá/RJ, me acolheram com muita afetividade e lá permaneci até o terceiro ano; meu trabalho era vender lanche na praça perto da escola e meu filho ficava na creche ao mesmo tempo que eu estudava.

A professora Deise de Práticas Pedagógicas me falou sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e que eu poderia entrar com ajuda da cota e fazer a tão sonhada Pedagogia. Ela realizou minha inscrição, fiz a prova com bom aproveitamento, consegui a vaga na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e após o ingresso fiquei pensando em como permanecer nela.

Por conseguir a vaga em uma universidade federal, não foi possível concluir o curso de formação de professores na escola Elisiário Matta, decidido pelo curso superior (naquele momento).

Ao longo da minha vida acadêmica na UFRJ, fui bolsista do Programa de Iniciação à Docência – PIBID, Bolsista Literaturas Infantis e o Laboratório de Cinema e Arte Visual – LECAV. Porém, os gastos para permanecer na universidade eram grandes, a bolsa não era suficiente.

Também fui estagiária de Educação Especial pela Prefeitura do Rio, usei todos os meios possíveis para chegar até o final do curso. Enfrentei ainda muitos desafios, greves, preconceitos e a rejeição do ENEM por alguns profissionais da faculdade.

Mas, ao abrir o concurso para Professor de Educação Infantil no Município do Rio de Janeiro em 2014 eu fiquei motivada e precisava muito da oportunidade; como obtive dificuldades para concluir a monografia no tempo certo não poderia contar

com o diploma, realizei um curso de Formação Normal no Colônia do Saber na Taquara em 6 meses e com ele tomei posse, porém, ainda sonhava com o diploma universitário.

Os problemas familiares foram se agravando e por alguns momentos realmente não consegui juntar forças para retomar esse trabalho que é de muita importância para minha formação docente.

No ano de 2022 resolvi deixar as minhas aflições de lado e buscar uma nova oportunidade de finalizar minha vida acadêmica, após abrir o processo consegui a tão esperada votação para concluir este trabalho.

O desafio estava somente começando, eu não conseguia orientadora e pelos anos de afastamento ficava cada vez mais difícil, a coordenação da Faculdade de Educação não mediu esforços para me auxiliar no processo para encontrar orientação, a professora Deise a qual devo muita gratidão por me apresentar a Professora Erika Pereira (minha orientadora), que me ajudou a ter coragem de vir dividir com vocês minha trajetória e minhas vivências do cotidiano.

Ser professora de Educação Infantil era mais que um sonho, era preciso ter vivências teóricas e práticas entrelaçadas a uma formação continuada. A grade curricular obrigatória tanto dos cursos que realizei e da faculdade que cursei não englobava questões étnico-raciais, ou culturas afro-brasileiras e em algumas questões não me senti amparada pelos meus pares.

Ao frequentar espaços de formação sendo negra, mãe e com a cultura bem limitada em relação a pessoas que viajavam ou frequentam cinemas, *shoppings* e outros lugares, percebia nitidamente que minha presença causava estranhamento em algumas pessoas, “como era possível eu estar tomando posse de um lugar na faculdade?

Essa questão ficava bem explícita ao fazermos trabalho em grupo, eu tinha pouco acesso a computadores e *internet*, e fazer trabalho em grupo era uma realidade complicada. Não existia de forma ampla ou bem divulgada um espaço que combatesse essas questões preconceituosas, e nem estavam previstas no currículo obrigatório.

Com aumento da entrada na universidade de negros, índios e outras etnias via políticas de cotas foi necessário voltar o olhar para além do ensino elitizado. Por tanto, apesar de todas as questões que permeiam o curso de formação de

professores, estamos vivenciando uma mudança preciosa quanto estudantes na construção de um cenário diversificado, discussões mediante fóruns, carta de compromisso em relação às leis e às diretrizes, seminários entre outros acontecimentos e/ou ações.

É preciso buscar e adquirir um lugar de fala, um lugar de empoderamento, conhecimento por meio de cursos de formações, para que todo esforço seja válido e transformador; que a troca de saberes seja para muito além dos muros da escola, e que ele possa causar reflexões positivas.

Apresentação do problema de pesquisa

Ao elaborar projetos pedagógicos com as crianças, faz-se necessário buscar compreender as formas e maneiras de construção do currículo de Educação Infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB (Lei nº 9394/96) sofreu diversas atualizações desde a sua promulgação e algumas delas estão diretamente relacionadas à questão étnico-racial. Como a alteração realizada pela Lei nº 10.639/2003, que determina que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

O processo de exclusão do povo negro da História do Brasil, precisa ser combatido e a escola é um dos importantes instrumentos para se efetivar a luta contra a história contada pelo caucasiano colonizador.

A Lei nº 10.639/2003 é reflexo da luta do Movimento Negro no Brasil, por uma educação que trabalhe as questões étnico-raciais na Educação Básica, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares.

Este foi um dos embates do Movimento Negro com as políticas da época, sobretudo do seu segmento que lidava com o tema Educação. Porque questões de História, Cultura Africana e cultura indígena, eram secundárias, ou, mais precisamente, não faziam parte do conteúdo universal para formação dos cidadãos brasileiros.

Ressalta-se que a etapa da Educação Infantil não é mencionada no texto da Lei nº 10.639/03. Contudo, não há limitações em abranger a Lei desde a Educação Infantil. Pois, quanto mais cedo as crianças têm acesso a uma educação antirracista, mais cedo são combatidas as desigualdades. Portanto, a Lei deve permear todos os segmentos de forma significativa, ou seja, na vida da criança e de toda comunidade escolar.

Para estruturação deste trabalho é necessário fundamentar-se nas orientações dos dispositivos legais que complementam a Lei nº 10.639/03, como o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais; a resolução CNE/CP nº 01/2004 que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados.

E o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana.

A relevância em pesquisar as implicações político-pedagógicas da educação das relações étnico-raciais na prática pedagógica se dá, sobretudo, pela necessidade de uma ruptura nos moldes da educação elitista e que não contemplava a temática étnico-raciais em seus currículos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana de 2004, foram pensadas para a Educação Básica e em especial para as instituições de nível superior que trabalham com a formação inicial e continuada de docentes.

Percebe-se assim uma grande preocupação do Ministério da Educação – MEC com a formação dos professores que atuarão na Educação Básica, além do pensar em como estes profissionais são fundamentais para desconstruir o mito da democracia racial, que nega o racismo e divulga uma convivência pacífica entre negros e brancos no Brasil.

Consta nas Diretrizes de 2004, alguns princípios que precisam ser seguidos pelos sistemas de ensino, unidades escolares e docentes. Os princípios são: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e as discriminações.

Destaca-se no relatório que acompanha as referidas diretrizes, que: A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para a consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (CNE/CP, 2004).

As Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais têm entre seus objetivos proporcionar uma educação que forme cidadãos conscientes na manutenção de uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. Porém, pesquisas anteriores, tais como: Pereira (2015); Brandão (2011); Cavalleiro (2018); Gaudio (2013); Munanga (2005); Santos (2020) e, ressaltam que os sistemas de ensino e as escolas, e parte significativa dos docentes e profissionais da Educação de um modo geral, não estão devidamente preparados para trabalhar tal temática, necessitando de formação continuada.

Ainda persiste, mesmo depois de uma legislação em vigor, crianças que não tem acesso aos conteúdos e conhecimentos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, demonstrando assim que, as 'nuances' educacionais permanecem, no conteúdo ainda na base eurocêntrica, nos posicionamentos individualizados e inconstitucionais, permeados por estereótipos e preconceitos étnicos que transparecem no fazer pedagógico e no cotidiano escolar.

Portanto, este trabalho, enfatiza os aspectos conceituais sobre a educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil, e em alguns momentos busca destacar os desafios para a prática pedagógica desde a implementação da Lei nº 10.639/03 no currículo.

Junto à Lei nº 10.639/2003 é preciso citar a Lei nº 11.645/2008, que veio dar voz aos povos originários, que vem sendo dizimados diariamente no Brasil, desde a chegada dos portugueses ao território que hoje é conhecido como Brasil, tornando obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Mas, compreende-se que desde a Educação infantil estes conhecimentos devem ser partilhados.

Essas foram as motivações que instigaram o desejo de conhecer com mais profundidade os fundamentos, as representações e ações que são desenvolvidas para a Educação Infantil na abordagem do tema das Relações Étnico-Raciais.

Na Resolução CNE/CP nº 1, diz que:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2006).

A educação das relações étnico-raciais se dará com a construção de conhecimentos contextualizados e ligados entre si, para potencializar os diálogos (Inter) transdisciplinares que promovam uma educação antirracista.

Cabe ressaltar, que o presente trabalho procura compreender o cotidiano escolar e as produções coletivas e colaborativas dos docentes como fundamentais na estruturação de um Projeto Político Pedagógico – PPP, que atenda adequadamente a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs para a educação das relações étnico-raciais, de forma que a prática pedagógica no interior dos espaços de Educação Infantil seja embasada em princípios de diversidade e igualdade humana.

Objetivo da pesquisa

O objetivo desta pesquisa é analisar e refletir na formação docente e nas práticas pedagógicas no cotidiano da Educação Infantil voltadas à Educação das relações étnico-raciais.

Salienta-se, ainda, a importância de trazer para a pesquisa a discussão sobre as dificuldades enfrentadas diariamente no fazer pedagógico em relação ao tema, bem como as potencialidades de uma educação antirracista.

Outro passo, é compreender se os docentes obtiveram contato ou não com referenciais teóricos sobre o tema durante sua formação acadêmica ou outras formações continuadas que pudessem mediar o trabalho na prática cotidiana com as crianças.

Justificativa

Este estudo justifica-se porque, apesar da contribuição das legislações ao longo dos anos e o avanço significativo nas leis brasileiras no que diz respeito ao direito da criança à educação de qualidade desde o nascimento, a realidade denuncia um grande descompasso entre o discurso da lei e o cotidiano de muitas escolas.

Pode ser destacado também, a falta de formação continuada dos docentes em relação ao tema, em alguns momentos por falta de tempo, em outros momentos pela falta de uma disciplina obrigatória nos cursos de pedagogia dos níveis superiores.

Justifica-se a necessidade de pensar a formação de pedagogos ou futuros docentes, e as práticas pedagógicas desenvolvidas na promoção da diversidade étnico-racial das crianças.

Essas ações e/ou práticas pedagógicas devem ser pautadas na democracia, liberdade e no respeito e à dignidade da pessoa humana, por isso, é relevante pontuar a diferença entre raça e etnia.

Guimarães (2009), numa discussão mais recente sobre o conceito de raça apresenta dois pressupostos para compreensão dele. Segundo Guimarães (2009), atualmente se as raças não existem no âmbito da ciência como realidade biológica (primeiro pressuposto), podemos então dizer que esse termo é destacado apenas no mundo social (segundo pressuposto). O autor diz que:

'Raça' é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza como algo determinado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de "raça" permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (GUIMARÃES, 2009, p.11).

A importância de usar o conceito de raça, de forma a considerar sua construção social, política e cultural, lembrando que essa construção é decorrente

das relações de poder e dominação que envolve a população negra e não negra (GUIMARÃES, 2009).

Por isso, a necessidade de utilizar o conceito baseado na sociologia, uma vez que o uso sustentado na biologia, corrobora com as práticas discriminatórias e preconceituosas.

No que se refere ao conceito de etnia, muitas vezes é atrelado ao sentido de pertencimento racial da população brasileira, incluindo os grupos indígenas.

Com base nos estudos de Munanga (2005), o autor explica que essa substituição de conceitos é considerada uma forma mais “confortável” que os autores encontram para referenciar as relações de dominação construídas socialmente.

Com base nisso, explica-se a adesão ao uso do termo étnico-racial para referir-se às diversidades étnicas e raciais que compõem o país.

Levando em consideração, a complexidade dessa discussão e seus processos históricos e ideológicos, e toda a influência social para o contexto educacional, e neste caso para Educação Infantil, reflito que, a escola é o local adequado para colocar em pauta temas que levam o conhecimento e despertam o comportamento para combater o preconceito, o racismo e a discriminação (SOUZA et al, 2020).

A metodologia escolhida foi uma pesquisa de análise de dados construída a partir de pesquisas que se referem às relações étnico-raciais e a formação de docentes da Educação Infantil.

A primeira parte da pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, e esse tipo de pesquisa consiste, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), como uma pesquisa que traz o levantamento de referências bibliográficas já publicadas, em forma de artigos, livros, revistas e publicações, além das produções institucionais em níveis de graduação e pós-graduação, formando um arcabouço científico sobre o tema.

A finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre o assunto, auxiliando-o na análise de suas pesquisas ou na interpretação das informações, construindo uma nova pesquisa, pautada no que já foi explorado sobre o assunto (LAKATOS e MARCONI, 2017).

As informações presentes no Referencial Teórico contribuem para que a segunda parte da pesquisa aconteça, com a finalidade de levantamento de informações, através da aplicação de questionários através do *Google Forms* aos 22 docentes de educação infantil que aceitaram voluntariamente participar.

A aplicação do questionário foi entre 20 e 29 de maio de 2023, enviando o *link* para cada e-mail de cada participante.

Em relação às respostas obtidas, os resultados obtidos servem para determinar uma amostra e apresentar informações a respeito da temática da pesquisa, por isso que a mesma é denominada como descritiva (GIL, 2017).

Acrescenta-se, de acordo com Gil (2017):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2017, p. 42).

E, ainda, conforme a pesquisa quantitativa, Minayo (2008), discorre que os métodos quantitativos têm o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática. Suas investigações evidenciam a regularidade dos fenômenos.

Para o desenvolvimento deste trabalho, optamos pela pesquisa qualitativa, tomando por base uma pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise de dados, apoiadas na análise documental sobre o plano de metas sobre a educação das relações étnico-raciais desenvolvido em um EDI no município do RJ.

As demandas para atendimento da lei nº 10.639/2003, exigem do docente um projeto pedagógico pautado em combater o racismo estrutural e todas as formas de preconceitos.

Assim, a formação docente para trabalhar as relações étnico-raciais na escola é considerada fator relevante e urgente, exige dos docentes formação acadêmica, que tenha disciplinas obrigatórias em seu currículo e uma formação contínua, que zele pelo envolvimento no processo de conscientização política e social acerca deste tema (SANTOS; SODRÉ, 2020).

Com o intuito de refletir sobre essas questões, este trabalho analisou um grupo de docentes que trabalha com crianças de 0 a 5 anos, em um Espaço de

Desenvolvimento Infantil – EDI público pertencente ao município do Rio de Janeiro, local no qual também atuou como docente.

Ao buscar compreender as dificuldades no contexto deste EDI, refleti em uma nuance na minha formação inicial, pois no currículo acadêmico não existia uma disciplina obrigatória que motivasse a olhar para a questão, principalmente com crianças na faixa etária de creche.

E não havia nenhuma disciplina obrigatória no currículo do ensino superior ou formação continuada que contemplasse o tema até o presente momento da minha formação.

Segundo Pereira (2015), entende-se a necessidade de docentes realizarem formações continuadas para ampliar a aprendizagem, para a garantia de um atendimento de qualidade, igualitário e justo no espaço escolar.

Desta forma poderá contribuir significativamente na vida das crianças, principalmente pela diminuição de preconceitos relacionados à cultura afro-brasileira, africana e Indígena.

Ainda, acrescenta-se que os docentes também precisam ter formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sendo sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais.

No Parecer CNE/CP nº 003/2004, essas condições materiais das escolas e de formação de docentes são indispensáveis para uma Educação de qualidade, para todos, assim como o reconhecimento e a valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos (BRASIL, 2004).

Estudar e repensar as relações étnico-raciais é um dos principais caminhos para que se possa enfrentar o racismo, pois muitos não admitem que ele permeia até atualmente. Mas, pode-se afirmar a partir de vivências, que ele existe e precisa ser confrontado.

O racismo afeta toda a humanidade! Muitos negam as ideologias racistas no Brasil, afirmando que vivemos harmoniosamente com todos os grupos étnico-raciais, no entanto, o Brasil é um país com muitas desigualdades.

Todas essas questões causam inquietações, que necessitam ser combatidas por meio de discussões, e políticas públicas específicas através de ações positivas

contra o racismo. Esse não é um problema somente da população negra, mas de toda sociedade que não deve silenciar-se diante de tantas desigualdades.

Por todos esses motivos, este trabalho foi formulado pela necessidade de compreender como essa demanda é assistida na prática pelos docentes na Educação Infantil, e qual a importância dos cursos de formações continuadas para valorizar a prática docente através do fomento da Educação antirracista.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL – UM NOVO OLHAR SOBRE A CRIANÇA

Ao estudar a infância e a educação, vamos perceber as transformações ocorridas com o passar dos tempos. A infância é o período onde a criança se desenvolve, é a fase de descobertas do mundo, ver, ouvir, sentir, tocar.

Mas nem sempre foi assim, antigamente não existia uma valorização da criança como indivíduo, havia criança, mas não existia o conceito de infância.

A história nos mostra o surgimento de várias concepções de infância. A criança era vista como um adulto em escala reduzida, sua educação e cuidados eram de responsabilidade da mãe e outros que denominassem responsáveis por elas legalmente.

Há diferentes definições sobre o que é ser criança, conforme Damazio:

Criança é um sujeito em seu processo de crescimento, com suas possibilidades orgânicas e mentais, portadora de seus próprios meios de viver e conhecer a realidade (DAMAZIO, 1994, p. 20).

A partir do ponto de vista do autor, pode-se dizer que a criança é um indivíduo em contínuo crescimento, que se desenvolve fisicamente e intelectualmente com características próprias, identificadas pelo grupo a partir dos comportamentos e inserção social.

Simas (2011) diz que o conceito que se tem sobre criança pode apresentar diferentes significados e possuir distintas valorizações para cada sociedade, bem como está diretamente ligada aos aspectos econômicos, culturais, políticos e ao próprio contexto social em que ela se encontra.

O autor ainda diz que o termo infância traz o resgate da memória dos momentos de peraltices (diversão, lúdico, conhecendo o mundo) vividos enquanto criança.

Para alguns, é reviver as lembranças dos brinquedos preferidos, das melhores brincadeiras inventadas com os amigos, das histórias contadas em família, das vivências agradáveis, cuja alegria se fazia presente.

Já para outros, as recordações da infância trazem à tona lembranças das experiências tristes, marcadas por situações adversas que englobam a violência, o

abandono, o trabalho ilegal e até mesmo a exclusão e as injustiças ocasionadas no social.

Esses ciclos de exclusão de ilegalidade, injustiças que foram ocasionadas, deixaram na memória das crianças danos, podemos citar experiências que em algum momento vivenciamos ao conversar com pessoas idosas ao ouvirmos relatos de sua infância difícil de muita luta social, violência e trabalho forçado.

Atualmente, fala-se sobre as características da infância, suas necessidades e interesses, a partir da ideia de que a criança é diferente do adulto e deve ocupar um lugar distinto no universo social (GOUVEA, 2009).

A partir das reflexões, felizmente tem-se a consciência de que a criança não é um adulto em miniatura, ao contrário, apresenta especificidades próprias de sua idade e compreender isso já é um grande passo para o reconhecimento da infância.

Assim, a criança não deve ser vista de forma homogênea, como ficou caracterizado no passado, pois cada criança é única e possui suas especificidades, devendo ser respeitadas em todos seus aspectos.

Por tanto, iremos nos deleitar sobre os avanços da educação como um eixo norteador no que tange um trabalho que vai em busca de diminuir os impactos sofridos na vida da criança, através de políticas públicas sociais.

Assim, é através da Educação que se tem uma ligação direta para o exercício da cidadania, e esse aprendizado desde a infância é primordial, pois a criança está em formação.

Para compreensão do avanço da Educação Infantil no Brasil é necessário estudar os documentos norteadores e compreender os fatores que causaram as mudanças tão necessárias para essa modalidade vivenciada na atualidade.

Santos e Sodré (2020) discorrem que a Educação que os negros recebiam não tinham preocupação com a inserção na sociedade, pois a Educação nos moldes escolares estava destinada às crianças das elites brancas.

Estas eram educadas nos chamados "jardins de infância" e escolas maternas representavam a concretude das discussões pedagógicas que circulavam na Europa aliadas à visão de progresso na época.

A creche pública ainda é vista em nossa sociedade como lugar para deixar os filhos para as mães trabalharem, apesar de estarmos buscando compreender o

lugar da criança e desconstruir esse pensamento, é um trabalho árduo e de muita persistência.

O pensamento sobre assistencialismo, faz com que a creche carregue consigo fortemente a característica de cuidados assistencialistas que perpassa sobre os séculos.

Porém, a criança negra necessitava de um lugar que pudesse ser cuidada para que seus familiares pudessem dedicar-se ao trabalho doméstico e nas indústrias. Por isso, a creche carrega consigo esse conceito tão marcante “ de cuidar das crianças para as mães trabalharem”.

O atendimento dessas crianças era baseado apenas no cuidar sem com comprometimento com o desenvolvimento cognitivo ou afetivo, era aplicado o ensino de boas maneiras para que pudessem trabalhar ainda pequenos nas áreas rurais ou industriais que estavam em crescentes expansões (SANTOS; SODRÉ, 2020).

O índice de mortalidade infantil era alto, sendo necessário adotar medidas emergenciais. Entrelaçado a esse período surgiam então as “mães mercenárias”, que cuidavam de várias crianças juntas para suas mães trabalharem fora.

Nesse período, aumentou-se o número de mortalidade infantil devido às péssimas condições de higiene nas casas onde as crianças ficavam e à ausência da mãe, que tornava a criança mais triste e vulnerável.

Neste contexto começaram a surgir creches mantidas por organizações filantrópicas e outras instituições, para atender às crianças consideradas “carentes” (SANTOS; SODRÉ, 2020).

Em meados do século XIX, a escola de Educação Infantil era conhecida como creche, e abrigava crianças em tempo integral para que seus responsáveis pudessem trabalhar, com objetivo de cuidar.

Ao longo do tempo, houve mudanças ao reconhecerem que as crianças dessa faixa etária, necessitavam estar nas creches para desenvolver-se integralmente.

Foi a partir da Constituição de 1988 que a Educação Infantil passou a ser reconhecida. O conceito de creche modificou-se lentamente, é um processo constante e as dimensões educativas nas escolas de Educação Infantil também.

Os perfis dos profissionais responsáveis pelas crianças nas salas de atividades começaram-se a modificar-se, passaram a buscar qualificações e

aprimoramentos constantes, passando a serem docentes responsáveis não somente pelo cuidado em questões imediatistas como por exemplo: banhos, alimentação e outros, mas também por proporcionar trocas de saberes.

Atualmente a creche significa a faixa etária, referente de zero aos três anos de idade, e a pré-escola contempla a faixa etária de 4 e 5 anos, cujo objetivo é proporcionar aos educandos práticas inovadoras que possibilitem as diferentes vivências com o meio, bem como com os outros e com si próprio, reconhecendo limites, características e desenvolvendo habilidades e competências para cada faixa etária.

Em 1996 a LDB, em seu artigo nº 29 decretou que:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, completando a ação da família e da comunidade (LDB, 1996, art. 29).

Dessa forma, a criança é então pensada como um sujeito em desenvolvimento que interage e aprende através de trocas com seus pares. E assim, a Educação Infantil começa a obter o formato de escola, e os docentes a se dedicar-se ao educar, e não somente ao cuidar.

Portanto, a creche como lugar de humanização segundo Guimarães (2009), afirma que é importante diferenciar a assistência necessária na primeira infância do assistencialismo que se coloca ao preconceito contra a pobreza, legitimando a precariedade nas estruturas e nas relações sociais e é possível verificar a “naturalização” dessas discriminações e desigualdades, comprometendo a qualidade de atendimento à classe popular, majoritariamente, de crianças negras.

Tal objetivo na atualidade, faz pensar sobre o desenvolvimento da educação infantil ao longo dos anos, bem como no direito de participação das crianças negras e na promoção de autonomia delas, por isso, o contexto sócio-histórico é fundamental na pesquisa, promovendo uma crítica e reflexão de acesso à Educação.

Em 1988, o atendimento em creches e pré-escolas a crianças de zero a cinco anos passou a se tornar um dever do estado, previsto na Constituição Federal. Este ato simbolizou um dos grandes marcos da Educação Infantil no Brasil, entretanto, essa conquista é fruto de um longo processo histórico, como mencionado acima.

Embora a educação para crianças seja de zero a cinco anos já fosse assegurada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a inserção deste direito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), sancionada em dezembro de 1996, representa um marco histórico para a educação infantil no Brasil.

Ao reconhecer a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, a LDB 9394/96 reafirma a importância da aprendizagem nos primeiros anos de vida como processo fundamental para “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Dentre alguns pontos citados na LDB, estão em destaque os seguintes:

Art. 29: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;

Art. 30: A educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Em 2009, a Educação Infantil passa a ser obrigatório para as crianças de 4 e 5 anos conforme a Emenda Constitucional nº 59, antecipando o início da obrigatoriedade da educação básica em dois anos. Somente quatro anos depois, em 2013, a extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB, determinando que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam matriculadas em instituições de educação infantil.

O documento aborda também a importância do brincar nos primeiros anos de vida da criança e estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil: convivência; brincadeiras; participação; exploração; expressão; autoconhecimento.

Baseadas nos pilares acima, as escolas infantis devem proporcionar um ambiente desafiador, que incentive a criança a desempenhar um papel ativo no seu desenvolvimento e na criação de sua identidade perante o mundo que a rodeia, tornando a criança autora da sua própria história.

Assim, no ano de 2017, foi intitulada a nova BNCC, que diz respeito também à Educação Infantil, e seus eixos norteadores. Os eixos norteadores segundo o documento são: Eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons,

cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações (BNCC, 2017).

Assim, o conviver com os outros, utilizando e aprimorando a linguagem, bem como o convívio com as diferenças culturais, ampliando as diferentes formas culturais.

Em relação à participação, é indispensável que a criança participe das suas atividades diárias da sua vida, sendo ativo dentro da sua sociedade, para que a cada dia possa melhorar seu desenvolvimento e o convívio com os outros, tornando-se autoras de sua própria história.

É através do brincar de diferentes maneiras e formas, utilizando espaços e tempos diferentes uns dos outros, a criança está a explorar tudo que está ao seu redor, desde movimentos, palavras, gestos, sabores, ampliando a cada dia seus conhecimentos sobre a cultura.

Ela expressará seus sentimentos, sendo um sujeito capaz de conversar, interagir, ser criativo e sensível nas suas necessidades, além de conhecer-se, constituindo-se como um sujeito dentro da sociedade

A organização para a Educação Infantil tem em sua centralidade a discussão em proporcionar à criança o espaço coletivo, que é seu por direito, em que possa desenvolver-se integralmente, descobrindo e se apropriando do meio ao qual está inserida.

A criança que hoje participa da escola, seja ela de tempo integral ou não, é vista como um todo, e acolhida para que este ambiente de educar e cuidar seja sem dissociação, com amor e muita troca entre seus pares, possibilitando o seu desenvolvimento pleno durante todo processo.

Compreende-se que a criança aprende em todo e qualquer momento, seja uma conversa com seus pares, uma atenta observação, ou ainda com uma brincadeira livre.

Ressalta-se ainda que:

A criança é um sujeito histórico e de direitos que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (DCNEI, 2010, p. 12).

2.1 Racismo – Combate na escola e na sociedade

O racismo é uma forma de discriminação que leva em conta a raça como fundamento de práticas que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Então, é preciso conscientizar a sociedade para que toda as pessoas sejam amparadas e livre de preconceitos, pois, é através da educação de qualidade, embasada nas leis, além de práticas ou ações que corroboram com esse novo olhar em relação ao racismo, tem-se um mundo melhor, com pessoas que não segregam ou discriminem por características físicas e a cor de pele.

O preconceito é um conceito que chama a atenção por acontecer sempre à nossa volta, e a ideia do preconceito racial se difere de racismo e discriminação.

O preconceito racial é a opinião que se emite antecipadamente com base em informações acerca de pessoas, grupos e sociedades, em geral infundadas ou baseadas em estereótipos, que se transformam em julgamento prévio negativo. (SOUZA; CROSO, 2007, p. 21).

Cavalheiro (2018) aponta que o preconceito é um julgamento negativo. Ele é mantido apesar de os fatos o contradizem, pois não se apoia numa experiência concreta. O preconceito racial é a predisposição negativa contra alguém ou contra um grupo de pessoas que é diferente de nós.

É mais fácil ver o racismo e o preconceito no outro do que ver dentro de nós mesmos. Às vezes as pessoas agem como se ele não existisse, e quando acontece ele cresce e toma forma, fazendo um grande estrago na sociedade e dentro de cada um de nós, resistindo ao tempo e se mostrando forte nas brincadeiras, nos ensinamentos, nas relações pessoais e até escondido no nosso silêncio (BRANDÃO, 2011).

O não reconhecimento da desigualdade e atitudes preconceituosas naturalizadas apontam para falta de mudanças e de transformações. Vemos essas situações presentes na sociedade brasileira no dia-a-dia dos indivíduos, o que gera relações de intolerância nas interações sociais, no trabalho, no ambiente familiar, na escola e na comunidade.

O preconceito “representa um requisito importante para a manutenção da discriminação étnica” (CAVALLEIRO, 2018, p. 25), visto que as relações negativas vividas em relação aos preconceitos causam experiências traumáticas nos negros.

Por entender que a criança ainda pequena é parte de nossa cultura e poderá multiplicar de forma significativa ações contra o preconceito racial, e os docentes são fundamentais para a mudança deste quadro, a formação continuada, o estudo das leis e as práticas pedagógicas, fazem com que a mudança seja bem próxima da realidade.

É preciso estudar as leis e compreendê-las, para que de forma correta se possa criar estratégias de luta em busca permanente pela transformação de uma sociedade desigual.

A Lei nº 10639/2003 é para muito além que uma mudança no currículo, pode ser interpretada como uma medida de ação afirmativa, uma vez que tem como objetivo afirmar o direito à diversidade étnico-racial na educação, romper com o silenciamento sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e práticas escolares, além de afirmar a história, a memória e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros na educação básica e de seus familiares.

A lei tem também por objetivo retirar os profissionais da educação e a sociedade como um todo da zona de conforto, causando uma reflexão e mudanças de atitudes em busca de correção sobre a discriminação reproduzida ao longo dos anos no Brasil.

Apesar da mesma não mencionar diretamente a educação infantil, menciona o currículo escolar em sua totalidade, entende-se assim, que ela engloba a educação escolar em qualquer tempo ou idade.

Não é sobre tratar os temas que englobam a cultura afro-brasileira ou étnico-raciais em datas específicas de comemorações, é sobre combater o racismo, modificando o sistema através de políticas públicas de maneira que todos possam ter representatividade e respeito fora e dentro dos espaços escolares.

A ideia é que possamos refletir sobre os princípios vivenciados com propriedade desconstruindo o padrão de representatividade imposto pela sociedade através de livros, revistas, televisão, murais.

A criança sente-se valorizada quando se reconhece no espaço de educação infantil representada por todos que lhe cerca. A raça nunca poderá ser alterada, por

tanto é necessário estar sempre afirmando o respeito às etnias seja ela qual for garantindo a aceitação e o respeito.

Pensando nessa perspectiva, entende-se que os docentes exercem um papel fundamental nesse caminho que está sendo construído, mostrando que é possível haver mudanças que possam facilitar o trabalho, através de jogos, brincadeiras, dramatizações entre outros; e repassando as práticas e realizando formações, buscando engajamentos positivos para alcançar o sucesso e a valorização da própria consciência crítica e cidadã.

3. PESQUISA DE CAMPO

3.1 Formação de Professores à luz da pesquisa

O estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, torna-se um estudo obrigatório a partir da Lei nº 10639/2003, que faz um resgate à contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à História do Brasil.

Aponta-se à luz da pesquisa a formação de professores e as formações continuadas, como caminhos promissores para criar gerações antirracistas, que lutem contra atitudes discriminatórias com base na cor da pele e/ou em traços fenotípicos.

É um investimento necessário para o ensino igualitário, democrático, que vise o respeito e a dignidade da pessoa humana, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, capítulo II (ECA, 1990).

As diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia apontam para construção da identidade profissional do pedagogo e ressaltam a docência.

§1º Compreende-se à docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de

aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006, p.11).

À luz das análises dos referenciais teóricos e metodológicos relacionados à pesquisa destaca-se o trecho do texto “Tia, existe flor preta? ”:

Além de reconhecermos a necessidade de formação continuada aos educadores na temática, reconhecemos a importância de se conhecer a realidade dos professores que trabalham na educação Infantil, especialmente no que se refere às condições de oferta adequadas para a participação dos educadores (PEREIRA, 2015, p. 157).

Muitas das dificuldades da formação de professores foram dialogadas através desta pesquisa e ela motivou-me a escrever e investigar possíveis soluções para diminuir o impacto da falta de formação adequada e suas possíveis soluções no que se refere às relações étnico-raciais na Educação Infantil.

Esses debates e formações são democráticos e dão voz aos que vivenciam racismo diariamente.

É importante ter enquanto educador um lugar de fala, que possa desconstruir o preconceito enraizado e naturalizado até os dias atuais.

Através do espaço escolar e tudo que nele ocorre, há o objetivo de compreender o outro, com suas diferenças e necessidades, atrelados ao objetivo de trocas de saberes, por isso a Educação sempre será a porta de entrada principal para aceitação de todos, sem distinção.

Para que seja possível formar sujeitos inclusivos, capazes de intervir e de transformar a realidades promovendo a justiça social, toda esta ação engloba ou deveria englobar de um âmbito de currículo antirracista.

3.2 Resultados da Pesquisa

Este trabalho iniciou-se analisando dados de uma pesquisa de campo realizada em uma unidade escolar através de um questionário do google forms. Os participantes são docentes regentes que diante das mudanças do currículo da Educação Infantil, necessitaram adaptar suas práticas cotidianas.

O grupo de sujeitos da pesquisa foi escolhido a partir da vivência frente a realização de um trabalho sobre a educação das relações étnico-raciais, que se

constituiu em um plano de metas com temas específicos, a serem trabalhados com as crianças dentro do planejamento escolar durante o ano letivo.

Esse plano de metas englobava **ações pedagógicas** que possibilitariam garantir a qualidade das interações, das trocas de saberes e brincadeiras. O plano de meta configurou-se como ações que pudessem cooperar com as práticas antirracistas, envolvendo as crianças de diferentes faixas etárias.

As metas englobavam outras temáticas, porém, destacou-se a antirracista para realização deste trabalho.

Assim, realizou-se um questionário (anexo 1) com 10 perguntas que foram direcionadas ao tema central da pesquisa, sendo elaboradas a partir de 2 eixos norteadores, sendo o primeiro eixo Perfil do participante com 5 perguntas estruturadas (as mesmas consideradas “fechadas”).

O segundo eixo, Formação, Trabalho e Relações Étnico-raciais, com 5 perguntas semiestruturadas (as mesmas consideradas abertas).

A tabela 1 abaixo apresenta as perguntas que foram feitas aos participantes, através dos 2 eixos já mencionados.

Tabela 1 – Perguntas elaboradas e eixos norteadores.

Eixos		Perguntas
Perfil	01	Qual o seu pertencimento étnico-racial?
	02	Qual a sua escolaridade?
	03	Ano de conclusão da graduação ou EM?
	04	Há quanto tempo você trabalha como professora da EI?
	05	Há quanto tempo você trabalha na Instituição escolar até o ano de 2022?
	06	Qual a idade e grupamento das crianças com que você trabalhou no ano de 2022?
	07	Para você, o que é uma educação Antirracista?

Formação, Trabalho e Relações Étnico-raciais	08	Relate sua experiência para desenvolver O PLANO DE METAS DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, NA DIMENSÃO SOBRE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS VOLTADO PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS (comente as ações desenvolvidas, os pontos positivos, as dificuldades enfrentadas e sua avaliação sobre esta ação).
	09	Você avalia que obteve em sua formação inicial subsídios para desenvolver práticas pedagógicas na EI voltadas à educação das relações étnico-raciais? Comente:
	10	Você participou de alguma formação continuada que envolvesse a temática das relações étnico-raciais?

Fonte: Elaborado pela autora.

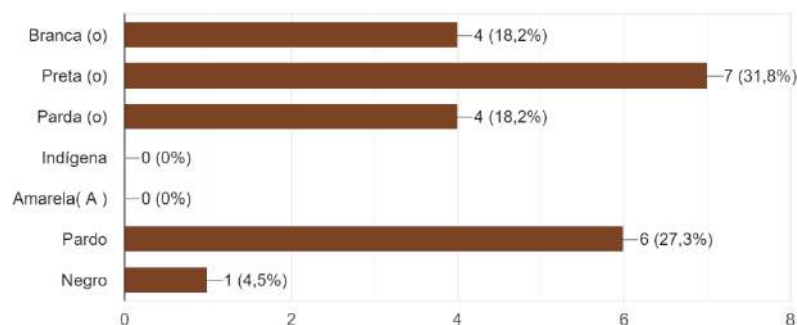
Eixo 1: Perfil

Neste eixo, são 4 perguntas feitas, sendo a primeira relacionada ao pertencimento étnico-racial do (a) participante (gráfico 1).

Gráfico 1: Qual o seu pertencimento étnico-racial?

1 - Qual seu pertencimento Étnico- Racial?

22 respostas



Fonte: A autora.

De acordo com o gráfico 1, são 8 participantes que se declaram pretos/negros, o que corresponde a 36,3% da amostra, e 10 participantes que se declaram pardos, que corresponde a 45,5% da amostra, evidenciando assim que aproximadamente metade dos participantes são pardos.

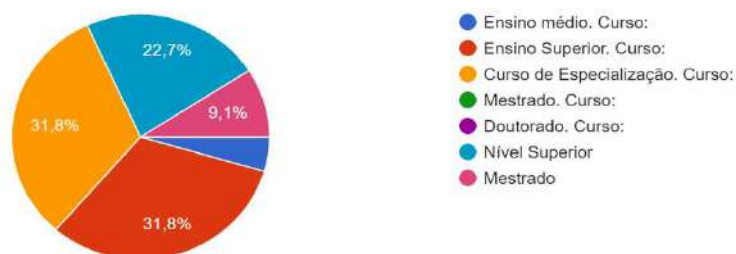
Ainda, 4 participantes se declaram brancos (18,2%), e não há participantes indígenas e/ou amarelos. Nesta pergunta, todos os 22 participantes responderam.

O gráfico 2 já mostra a escolaridade dos participantes.

Gráfico 2: Qual a sua escolaridade?

2- QUAL É SUA ESCOLARIDADE?

22 respostas



Fonte: A autora.

Todos os participantes também responderam a esta pergunta, sendo que houve a mesma quantidade de participantes cursando graduação e pós-graduação, ou seja, 31,8% dos participantes, que são 12 participantes, sendo 6 cursando graduação e 6 cursando pós-graduação.

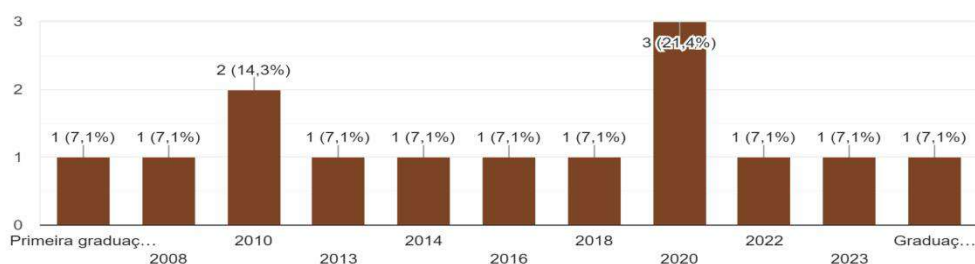
O cargo de docente de Anos Iniciais e/ou de Educação Infantil, na Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ, exige-se o certificado do curso Magistério em nível médio, por isso desse quantitativo de docentes cursando graduação.

O gráfico 3 indica o ano de conclusão da graduação ou do Ensino Médio (EM), modalidade Magistério.

Gráfico 3: Ano de conclusão da sua graduação ou EM.

3- Ano de conclusão de sua graduação ou curso de E.M.?

14 respostas

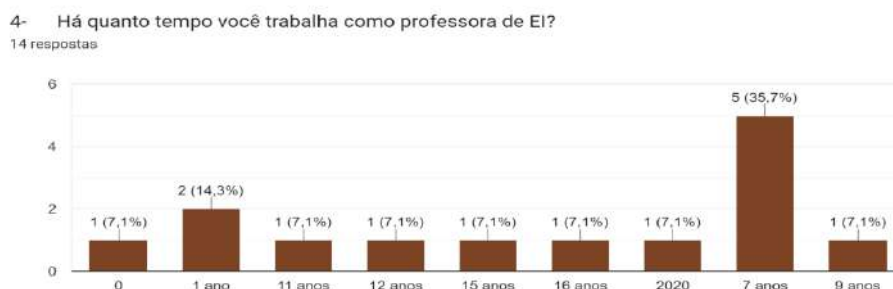


Fonte: A autora.

De acordo com o gráfico 3, há apenas 2 com data de conclusão no ano de 2010 e 3 com data de conclusão no ano de 2020, os demais 9 participantes, cada um respondeu entre 2008 e 2023. E, nesta pergunta, apenas 14 participantes responderam.

O gráfico 4 já mostra há quanto tempo cada participante atua como docente na Educação Infantil.

Gráfico 4: Há quanto tempo você trabalha como professora de EI?

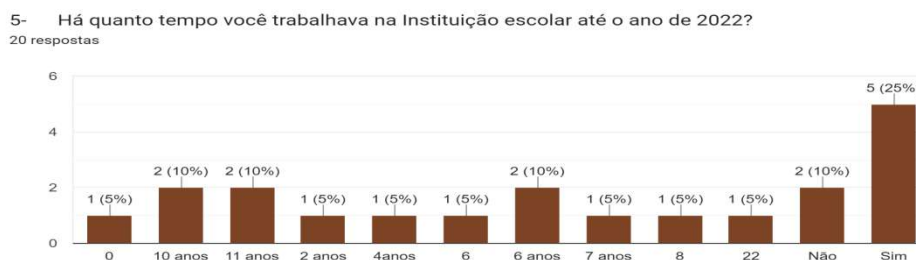


Fonte: A autora.

Aproximadamente 35,7% da amostra, ou seja, 5 participantes, já atuam como docentes na educação Infantil por 7 anos. 2 participantes (14,3%) possuem 1 ano de experiência na Educação Infantil. E os demais 7 participantes responderam que possuíam experiência entre 9 e 16 anos, com destaque para 1 participante que possui menos de 1 ano de experiência.

Já o gráfico 5, indica o tempo de trabalho na instituição escolar até o ano de 2022.

Gráfico 5: Há quanto tempo você trabalha na instituição escolar até o ano de 2022?



Fonte: A autora.

Assim, de acordo com o gráfico 5, aproximadamente 25% dos participantes, ou seja, 5 participantes responderam apenas “sim”, que estão atuando na escola no ano de 2022.

Já, 40% da amostra, ou seja, 9 participantes, responderam em 4 situações, que possuem: 6, 8, 10 e/ou 11 anos de experiência na escola, e os outros 2 disseram apenas que “não”, que entraram esse ano na escola.

Os outros 35%, que corresponde a 6 participantes, estão lecionando na escola em média de 1 a 5 anos.

Eixo 2: Formação, Trabalho e Relações Étnico-raciais

Neste eixo, não foram formados gráficos no *Google Forms*, apenas as respostas de cada participante para cada pergunta feita, assim, as respostas aqui apresentadas foram elaboradas através do maior número de respostas semelhantes, para que assim fosse formado um quantitativo indicador para a pergunta realizada.

A pergunta 6 apresenta o agrupamento e idade das crianças em que esses docentes lecionam, através da pergunta “Qual a idade e grupamento das crianças com que você trabalhou no ano de 2022? ”.

Foram 20 participantes que responderam a essa pergunta, sendo 50% dos participantes, ou seja, 10 professores, responderam que lecionam para crianças de até 3 anos e em agrupamentos de maternal.

Os demais 50% dos participantes, ou seja, 10 docentes, já lecionam para crianças de 4 e 5 anos, em agrupamentos de pré-escolar.

A pergunta 7 já pergunta aos participantes “Para você o que é uma educação antirracista? ”. Todas as 21 respostas se basearam em respeito, igualdade, a valorização dos seres humanos; ainda, há destaques para algumas respostas:

“É aquela que tem como objetivo combater as práticas racistas e sobretudo valorizar a cultura africana na construção da história do Brasil” (RESPOSTA PARTICIPANTE).

“Uma educação antirracista, deve ser pautada na Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. A lei foi um grande avanço e é um dos mecanismos mais importantes para corrigir esse cenário e mudar a forma de educar. Educar de forma antirracista é possibilitar que nossos alunos possam ver por uma perspectiva dialógica sua história sendo representada de forma positiva e dando visibilidade à nossas minorias” (RESPOSTA PARTICIPANTE).

“Mais do que um modelo, ela propõe uma mudança de percepção, de lógica e de posturas nos ambientes de ensino, de modo a torná-los mais acolhedores, diversos, justos, representativos e equânimes. A educação antirracista é uma prática que envolve uma transformação nos modos de pensar, agir e, principalmente, de se relacionar com a diferença. Por isso, gestores escolares, educadores, familiares e demais envolvidos no processo formativo dos cidadãos do futuro devem assumir um compromisso sempre renovado, de praticá-la e promovê-la, dentro e fora da escola” (RESPOSTA PARTICIPANTE).

Evidencia-se, partir dessas respostas a relevância da discussão e da própria pesquisa, que traz reflexão a cerca de um tema considerado polêmico, sensível e importante para os profissionais da Educação, bem como para a sociedade.

A pergunta 8 é mais extensa: “Relate sua experiência para desenvolver o plano de metas da Prefeitura do Rio de Janeiro, na dimensão sobre práticas antirracistas voltado para crianças de 0 a 06 anos (comente as ações desenvolvidas, os pontos positivos, as dificuldades enfrentadas e sua avaliação sobre esta ação).”

Ao todo, 16 participantes que responderam à pergunta, as respostas são baseadas na valorização do eu, do próprio tema relação étnico-racial, mas com iniciativa dos docentes em algumas atividades. Como por exemplo:

“Trazer para sala de aula diferentes literaturas onde as crianças possam visualizar protagonismo de pessoas pretas, indígenas de forma positiva. Trabalhar a cultura destes povos, dissociar a prática do mês de novembro. Ter uma prática contínua” (Resposta do participante).

Todos responderam que não sabiam muito sobre como executar tarefas do plano de metas, que as iniciativas são com base no próprio currículo, e realizam atividades de diversidade, valorização do eu e do próximo, se limitando a isso. Conforme, a resposta:

“Tive dificuldades, mas não era uma prática diária a abordagem sobre o tema, era mais focado em datas comemorativas. A partir do momento que ingressei na UERJ esse assunto se tornou norte para a prática e didática em sala de aula” (Resposta do participante).

A pergunta 9 “Você avalia que obteve em sua formação inicial subsídios para desenvolver práticas pedagógicas na EI voltadas a educação das relações étnico-raciais? Comente”.

Nessa pergunta, houve 20 respostas, sendo que 9 participantes responderam que não tiveram em sua formação inicial os subsídios para

desenvolver práticas pedagógicas voltadas às relações étnico-raciais, pela amostra, isso corresponde aproximadamente 40% do total de participantes.

Os demais 11 participantes responderam que receberam pouco subsídios e/ou ações, atividades e discussões a respeito do tema relação étnico-racial. Isso corresponde a 60% do total de participantes. Como por exemplo,

Na verdade, muito pouca informação ou auxílio. A prática vem com o tempo de trabalho a cada dia, com os anos de trabalho vamos aperfeiçoando nossas práticas (Resposta do participante).

A 10 e última do questionário é “Você participou de alguma formação continuada que envolvesse a temática das relações étnico-raciais?”. Nessa, 21 participantes responderam.

Do total, apenas 2 responderam que não participaram de formação continuada que envolvesse a temática relações étnico-raciais, e isso corresponde a 10% do total.

Os 19 participantes responderam que a formação continuada foi na própria escola, mas com uma discussão a respeito de atividades, jogos, brincadeiras, livros e brinquedos que poderiam ser incluídos para que houvesse esse trabalho de diversidade, valorização do eu e do próximo, bem como na relações étnico-raciais. Isso representa 90% do total.

Os 21 participantes responderam que não há formações continuadas, cursos, treinamentos e/ou capacitações com frequência, os próprios que buscam conhecimento e implementam tais ações no cotidiano escolar. Como por Exemplo,

“Temos trabalhado bastante em cima desses temas. Trazendo a igualdade racial procurando esclarecer junto as crianças as dúvidas causadas pela sociedade. Enfrentamos dificuldades com falta de recursos, formações e também por falta do apoio de algumas famílias, mas, ainda assim temos nos esforçados para expandir essa conscientização” (Resposta do participante).

Esse trabalho que é realizado parte de ideias dos próprios professores, que buscam informações e atividades que possam mostrar o respeito mútuo e a igualdade.

3.3 Análise da Pesquisa

Atualmente os docentes da Educação infantil não possuem a garantia do horário de planejamento extraclasse, por isso, a problemática também é encontrar cursos em horários compatíveis para com a jornada de trabalho sem causar prejuízos ao horário de atendimento às crianças. Isso apareceu no formulário, anteriormente ao responder à questão 10, os docentes disseram que tem formação continuada.

Alguns questionamentos devem ser feitos, visando ter um ponto de partida, assim são levantadas algumas interrogativas, como: Quais aprendizagens deixamos de obter ao longo da nossa vida profissional?

Ainda, evidencia-se: Quais ainda podemos adquirir para que de maneira positiva possamos enquanto docentes, lecionar para as relações étnico-raciais no cotidiano escolar de todas as idades?

Nesse contexto, o trabalho busca contribuir a partir dos processos educativos vivenciados por docentes de uma escola de Educação Infantil com o comprometimento e discussão crítica e científica, apontando para mudanças no currículo da Educação Infantil.

Uma vez que surge a obrigatoriedade da Lei nº 10.639/03. E a minha formação de Licenciatura em Pedagogia não obteve em sua grade curricular uma disciplina obrigatória sobre o tema.

Todo esse esforço é um processo que visa formar um pensamento crítico e reflexivo dos estudantes de Pedagogia e dos docentes que já atuam nas escolas de educação infantil, sejam municipais ou estaduais, gerando respeito e compreensão sobre as diferenças, além de pensar numa educação para todos!

A construção prática da pesquisa, foi através de pesquisa de campo, com 22 docentes que lecionam na mesma escola da autora da pesquisa. Foi construído um questionário com 10 perguntas (já apresentadas na pesquisa), a fim de obter uma amostra, a respeito da atuação docente da Educação Infantil em relação ao tema relações étnico-raciais na Educação Infantil.

Em primeiro lugar, destaca-se que apenas em 2 perguntas, no caso a 1 e 2, que os 22 participantes responderam, ou seja, o total de participantes. Segue com 2 perguntas com 21 respostas, no caso, as perguntas 7 e 10. Há ainda, 3 perguntas

com 20 respostas, sendo as perguntas 5, 6 e 9. A pergunta 8 teve 16 respostas, e as perguntas 3 e 4 tiveram 14 respostas.

Esses números em relação à participação, interfere, pois nem todos responderam a todas as perguntas, mesmo assim, os principais pontos serão destacados, conforme a apresentação de cada pergunta e respostas no subtópico anterior.

Mesmo assim, em relação aos docentes participantes, houve diversidade, com apenas 4 participantes brancos e 18 que se declaram pretos/pardos. Isso mostra a própria representatividade na docência, com uma maioria preta/parda.

Cerca de 50 apenas possuem o ensino médio na modalidade normal, e os outros 50% estão cursando graduação e/ou pós-graduação. Isso mostra a necessidade de trazer parcerias e incentivos para que os docentes possam se qualificar, e assim atualizarem suas práticas, renovarem saberes, além de terem acesso ao conhecimento teórico-científico atualizado.

A conclusão do ensino médio na modalidade magistério, tem como datas a partir de 2008, com 7 participantes com atuação com mais de 8 anos, seguido por 5 que atuam por 7 anos e 3 que possuem até 1 ano de experiência. Compreende-se que essa pluralidade de tempos de experiência abarca experiências para os que possuem mais tempo, e os que possuem menos tempo, estão na fase de aprendizagem, adaptação e inserção no contexto escolar da Educação Infantil.

Em relação ao tempo, a maioria está na escola por mais de 4 anos, isso evidencia que já estão estabelecidos e adaptados ao trabalho escolar, mesmo assim, através das demais perguntas que envolvem práticas antirracistas e formação continuada, a maioria respondeu que ainda há pouco subsídio, informação, treinamento e/ou capacitações em relação ao tema relações étnico-raciais.

O que acontece na escola são discussões e no próprio diálogo de um professor com o outro, que mostra e separa livros, brinquedos, brincadeiras e até atividades que possam trabalhar com a valorização do próprio “eu” e do “outro”, diversidade, respeito, ética, cidadania, reflexão.

Mesmo trabalhando sob esses temas que também são importantes ao contexto escolar, ainda falta iniciativas para os docentes, como as formações, subsídios para cursos, em parcerias com instituições, e até em convite a representantes, empresas e/ou organizações que possam promover atividades e

discussões que possam fomentar ainda mais a prática antirracista, combate ao preconceito, à discriminação e ao racismo.

4. CONCLUSÃO

A formação de docentes do ensino superior pode, dentre outros fatores, ser considerada como uma das engrenagens essenciais na modificação de uma sociedade.

Desta forma, torna-se responsabilidade dos estabelecimentos de ensino evidenciar a evolução dos educandos de maneira democrática, impulsionando valores, práticas habituais e condutas.

O diálogo não necessariamente precisa iniciar dentro do espaço acadêmico, ele surge a todo instante, principalmente quando vivenciamos questões de preconceito no meio que estamos inseridos. Para agir um diálogo promissor de trocas de vivências e experiências faz-se necessário possuir espaços de formações e de oportunidades como acessos a materiais didáticos e outros recursos.

Porém, através da pesquisa pude constatar a falta espaços de formações em horários diversificados, pois, em geral, às formações ocorrem em horários que inviabiliza a participação dos docentes que estão em exercício do seu trabalho.

Portanto, a pesquisa evidenciou que a inserção de uma disciplina obrigatória voltada para práticas antirracistas alavancará de forma significativa a compreensão de como fazer ações pedagógicas que possam auxiliar nas práticas diárias.

A formação de docentes tem o dever de formar profissionais ofertando todas as informações necessárias para poder estimular as crianças a buscarem o ensino superior quando for o momento os deixando ciente de todos seus direitos na busca de igualdade e justiça.

A formação tem o papel de mediar e ampliar os conhecimentos dos docentes já formados e os que estão em formação para compreender as leis que norteiam o trabalho dos docentes, na prática do cotidiano escolar, inclusive em buscas por materiais e publicações que discorrem o tema, produzindo novos saberes e afirmando a importância das discussões já existidas.

É de valia ressaltar que o sistema de horários de atendimento às crianças juntamente com a garantia do 1/3 de planejamento extraclasse, possa dentro desse

segundo momento chamado de carga horária de planejamento, produzir incentivos em reuniões, discussões e cursos sobre a temática, por meio de atividades e reflexões que visem transformar a vida dos próprios docentes, das crianças e de todos que o cercam.

Contudo, o horário de planejamento não é garantido em sua totalidade, algumas escolas conseguem garantir essa carga horária e outras não, devido à falta de professores.

O documento que norteia a distribuição desta carga horária deixa claro que os gestores poderão organizar essa demanda sem prejudicar o funcionamento da unidade escolar, ou seja, os docentes não podem contar com esse horário fixo para garantir participação de sua formação continuada.

Mas é importante ressaltar que a formação continuada sozinha não é suficiente para alentar práticas antirracistas nas escolas. É necessário existir um comprometimento institucional em relação à promoção da igualdade racial e o combate ao racismo em todas as suas formas. Inserindo a implementação de políticas públicas que possam gerir e apoiar a formação continuada em práticas antirracistas, bem como a elaboração de mecanismos de acompanhamento e avaliação das práticas pedagógicas nas escolas.

Em suma, existem diversas maneiras pelas quais os docentes podem ser capacitados para atuar numa perspectiva de ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. O importante é que os docentes estejam dispostos a aprender mais sobre esses temas e a incorporá-los em suas práticas pedagógicas de maneira que possa causar em si e nos outros uma reflexão de suas práticas.

A formação continuada é relevante para debater questões raciais em sala de atividades bem como em toda comunidade escolar promovendo uma educação de qualidade e de forma que possa valorizar todos os indivíduos e suas especificidades.

É importante planejar atividades segundo o plano político pedagógico de forma que envolva toda comunidade escolar e seus pares, promovendo conscientização da importância do trabalho voltado para práticas antirracistas.

Através da formação continuada, os docentes podem desenvolver conhecimentos específicos e habilidades para combater o racismo no ambiente escolar, promovendo uma educação mais justa e igualitária.

No entanto, também pude identificar através desta pesquisa diversos desafios que precisam ser combatidos diariamente através do nosso lugar de atuação e de fala para que a implementação de práticas antirracistas na formação continuada de professores possa surtir efeitos significativos dentro do espaço escolar.

Esses desafios incluem a falta de formação e conscientização dos docentes sobre questões raciais, ou a desinteresse em pesquisar sobre o tema, bem como a resistência às mudanças no nosso currículo.

É necessário haver um comprometimento institucional com a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo em todas as suas formas para superar os desafios apontados através desta pesquisa.

Além disso, os resultados alcançados indicam que a formação continuada por si só não é suficiente para promover práticas antirracistas nas escolas.

Os docentes apontam na pesquisa que procuraram informar-se sobre o tema mesmo com dificuldades referentes a carga horária e a ausência da disciplina obrigatória no currículo da universidade.

A promoção de práticas antirracistas nas escolas é essencial para combater o racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Os docentes têm um papel fundamental nesse processo, por serem responsáveis por mediar o processo de aprendizagem as futuras gerações e promover valores de igualdade e justiça.

A formação continuada, poderá ser um facilitador para desenvolver em nossas práticas docentes conhecimentos que possam promover uma educação inclusiva e participativa.

Por tanto, este estudo bibliográfico contribui de forma significativa para o conhecimento de leis que possam fomentar o trabalho diário dos docentes. Através das entrevistas realizadas pude fazer uma análise crítica e reflexiva sobre a importância da formação continuada para a promoção de práticas antirracistas nas escolas e nas formações acadêmicas.

Os resultados sugerem ser preciso um esforço conjunto para promover a igualdade racial e combater o racismo em todas as suas formas.

Um fator muito importante observado na pesquisa é que mesmo diante das dificuldades encontradas para realização de formações continuadas, os docentes buscam atualizar-se de várias formas possíveis, chegando a recorrer para realização de formações nos dias de sábado, um dia considerado não letivo, ou durante o turno da noite, após uma longa jornada de trabalho. Entendo que é necessário ter um

engajamento ou uma iniciativa em adquirir conhecimento sobre o tema, para garantia de uma prática pedagógica coerente de forma que não reproduza discriminação.

Um educador engajado com a educação antirracista compreende a discriminação e os preconceitos embutidos na postura, linguagem e prática escolar, construídos historicamente, e assume o compromisso político com a mudança, imbuindo uma visão democrática de mundo, de sociedade, de ser humano, de educação.

Aprendi ao realizar esta pesquisa que devemos buscar estratégias sólidas para garantia dos direitos sociais, me fez pensar em quais estratégias seriam essas? Acredito que incluir a disciplina de práticas antirracistas nas universidades diminuiria de forma significativa o impacto e dificuldades apontadas na pesquisa sobre às práticas pedagógicas, além de tornar estas crianças multiplicadores destes conhecimentos.

Outra estratégia, seria o aumento de disciplinas eletivas em horários diferentes, para que o docente ou discente possa de alguma maneira participar da formação continuada agregando saberes a sua prática.

As universidades por sua vez, podem criar estratégias com grupos de pesquisadores para fazer formações dentro das escolas, gerando dados de pesquisa que muito poderá contribuir com o combate ao racismo e ao preconceito.

É importante compreender que a tarefa de transmitir saberes não é apenas dos docentes, mas de todos os profissionais que precisam lidar com as crianças, seja de maneira direta ou indiretamente. Então, precisamos pensar nessa formação continuada de forma que abranja todos envolvidos com o cuidar e educar das crianças diretamente.

Ao conversar com docentes que trabalhavam na mesma escola de Educação Infantil compreendi que tínhamos a mesma dificuldade: o desconhecimento das leis, em como aplica-las e lecionar para práticas antirracistas (sem conhecer as mesmas), então não existia uma falta de querer trabalhar com as questões étnico-raciais e afro-brasileiras, por essa questão.

Por tanto, os estudos destes referenciais teóricos seguidos de pesquisa são fundamentais para reforçar a necessidade de ampliar as formações continuadas de modo que possamos combater o racismo transformando vidas e multiplicando saberes e experiências.

REFERÊNCIAS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC. **A etapa da Educação Infantil**. 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_s ite.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.

BRANDÃO, Cristiane da Silva. **Educação infantil: ludicidade, relações étnico-raciais e cidadania**. 2011. Disponível em:

<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/11/18/educaccedilatildeo-infantil-ludicidade-relaccedilotidees-eacutetnico-raciais-e-cidadania>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 01, de maio de 2006**. 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 03, de março de 2004**. 2004. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. **Lei nº 8069/90**. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB. **Lei. 9394/96. 1996**. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639/03**. 2003. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Diretrizes Curriculares Nacional para Educação Infantil**. 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/88**. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar – racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

D'ALMEIDA, Cláudia Alves. **Da roda dos expostos ao mercado de trabalho**. 2019. Disponível em: <https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570548085_ARQUIVO_4d80df7104a6000dcccc997010be7c42.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

DAMAZIO, Reinaldo Luiz. **O que é criança**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ELIAS, Roberto João. **Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2005.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. 2020. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>>. Acesso em: 01 jan. 2023.

GAUDIO, Eduarda Souza. **Relações sociais na educação Infantil: dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero**. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2013.

GÉLIS, Jacques. **A individualização da criança**. In: CHARTHIER, Roger (org.). História da Vida privada ou a publicidade do privado. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da História da Infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). **Estudos da infância: Educação e Práticas Sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 97 a 118.

GUIMARÃES, Daniela. **Entre gestos e palavras: pistas para a educação das crianças de 0 a 3 anos**. 2009. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13586/13586.PDFXXvmi=Lz96SsVrkLBATv5xzVca9p6EHrTzjDE5dOc6h8zDUbdOHingfBro1z4J1ZilCXrQMEW4MvHHIVwpeUHuv9UxlZhKXB6BzxrIcpq0W8IF5f6kbNPHXKgGKxrI9xkl7N5kevkbF4QKjX5vLVeJGuqq3SadvrWak2UzzgKekC0FA6bm2p7IUxaZrlcUSauddqMMLx13a2JL8V9amgTiP5hhqucjFixT9kGRSIV4KGGQSC04ZgXh73Aou6CPMlnGuJmnD>>. Acesso em: 01 jan. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MALAGUZZI, Loris. História, idéias e filosofias básicas. *In*: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As Cem Linguagens da Criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre; Artmed, 1999. P. 59-104.

MOTTA, Flavia; SANTOS, Núbia; CORSINO, Patrícia. Não pode calar um peixe voando – Crianças e alunos no trabalho pedagógico. *In*: KRAMER, Sônia (org.) **Retratos de um desafio – crianças e adultos na Educação Infantil**. São Paulo: Ática, 2009.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando Racismo na escola**. 2º ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Alaércio. **Os debates em torno da escravidão e a Lei do Ventre Livre (1866-1871)**. 2017. 64 fl. Monografia (Bacharelado em História), Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Foz do Iguaçu/PR, 2017.

PEREIRA, Erika Jennifer Honorio. **Tia, existe flor preta?** Educar para as relações étnico-raciais. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015.

SANTOS, Núbia de Oliveira; SODRÉ, Patrícia. **Meu cabelo é black, cresce forte e pra cima: Educação Infantil e relações raciais**. 2020.

SANTOS, Roseane Costa. **Educação infantil como direito fundamental às crianças de zero a cinco anos do município de Lucena**. 2017. 40 f. Monografia (licenciatura em Pedagogia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2017.

SIMAS, Daina Leão. **Riscos e Rabiscos: A contribuição do desenho infantil para a alfabetização**. 2011. 55 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

SOUZA, Alice Oliveira de et al. **Relações étnico-raciais na Educação Infantil: fundamentos, representações e ações**. 2020. 46 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Centro Universitário UNA, Belo Horizonte/MG, 2020.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola**. Possibilidades e desafios para implantação da lei 10.639/03. São Paulo, Peirópolis. 2007.

SOUZA, Cristiane Alves de; SANTOS, Rozilda Soares do. **A creche ontem e hoje**. 2016. Disponível em: <<https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc1-7.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2023.

UCHOA, Pablo. **No ápice do tráfico, o Brasil recebeu 775 mil crianças escravas**. 2008. Disponível em: <<http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=70>>. Acesso em: 28 maio 2023

ANEXO

Anexo 1: Questionário Aplicado (Modelo)

Essa pesquisa tem por objetivo nortear meu trabalho monográfico, que busca investigar as relações étnico-raciais e a formação de docentes da Educação Infantil. Busco através da análise de dados, por meio de aplicação de questionário pelo *Google Forms*, compreender potencialidade e desafios ao se trabalhar as questões étnico-raciais e cultura afro-brasileira nas escolas com crianças da Educação Infantil.

1. Qual seu pertencimento étnico-racial?

Branca(o)

Preta(o)

Parda(o)

Indígena

Amarela(o)

2. Qual sua escolaridade?

Ensino médio. Curso: _____

Ensino Superior. Curso: _____

Curso de Especialização. Curso: _____

Mestrado. Curso: _____

Doutorado. Curso: _____

3. Ano de conclusão de sua graduação ou curso de E.M.?

4. Há quanto tempo você trabalha como professora do EI?

5. Há quanto tempo você trabalha na Instituição escolar até o ano de 2022?

6. Qual a idade e grupamento das crianças com que você trabalhou no ano de 2022?
7. Para você o que é uma Educação Antirracista?

Relate sua experiência para desenvolver o Plano de metas da Prefeitura do Rio de Janeiro, na dimensão sobre práticas antirracistas voltado para crianças de 0 a 6 anos

8. (comente as ações desenvolvidas, os pontos positivos, as dificuldades enfrentadas e sua avaliação sobre esta ação).

9. Você avalia que obteve em sua formação inicial subsídios para desenvolver práticas pedagógicas na EI voltadas à educação das relações étnico-raciais?

Comente: _____

10. Você participou de alguma formação continuada que envolvesse a temática das relações étnico-raciais?

() Sim. Comente qual/quais e a data em que foi realizada a formação

() não